



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS
Núcleo de Ecologia Social

Proc. 0804/11/17788

INVESTIGAÇÃO EM ARQUITECTURA

**Um desafio a uma cultura profissional situada entre a arte
e a técnica, a ciência e a intervenção social**

Lisboa • Novembro de 2011

I&D EDIFÍCIOS

RELATÓRIO 405/2011 – NESO

INVESTIGAÇÃO EM ARQUITECTURA

UM DESAFIO A UMA CULTURA PROFISSIONAL SITUADA ENTRE A ARTE E A TÉCNICA, A CIÊNCIA E A INTERVENÇÃO SOCIAL

Resumo

O presente relatório propõe uma breve reflexão sobre a investigação em Arquitectura, nomeadamente, quando entendida como uma acção prática dotada de um sentido que se descentra da intenção de produção de um projecto e/ou de um objecto arquitectónico. Reflecte-se sobre as implicações epistemológicas e metodológicas envolvidas na operacionalização dessa *praxis*, e em que medida tal comporta um conjunto de desafios à cultura profissional dos arquitectos e às forças que estruturam o campo social da Arquitectura.

Elaborado no âmbito de um estágio de informação experimentado no Núcleo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o presente relatório recupera um trabalho associado à frequência do curso de Doutoramento em *Arquitectura – Dinâmicas e Formas Urbanas* da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RESEARCH IN ARCHITECTURE

A CHALLENGE TO A PROFESSIONAL CULTURE SITUATED BETWEEN ART AND TECHNIQUE, SCIENCE AND SOCIAL INTERVENTION

Abstract

This report proposes a brief reflection about the idea of *research* in Architecture, particularly when understood as a practical action endowed with a sense that decentralizes itself from the intention of producing an architectural project and/or an architectural object. It aims to reflect on the epistemological and methodological implications involved in the operationalization of this *praxis*, discussing to what extent it carries a number of challenges to architects' professional culture and to the forces that structure the social field of Architecture.

Developed within research training at the Social Ecology Division of National Laboratory for Civil Engineering, this report recovers a paper delivered at the PhD Program in *Architecture – Urban Dynamics and Forms*, of Faculty of Architecture of Oporto University.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ESPAÇO: UM TERRENO SIGNIFICANTE DE INTERACÇÃO PRÁTICA E SIMBÓLICA	2
3. ESPAÇO: UM <i>OBJECTO</i> LEGITIMAMENTE PARTILHADO	3
4. A RECOLOCAÇÃO DA ARQUITECTURA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	4
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
6. BIBLIOGRAFIA	12

1. Introdução

“Dizem-me (alguns amigos) que não tenho teoria de suporte nem método. Que nada do que faço aponta caminhos. Que não é pedagógico. Uma espécie de barco ao sabor das ondas, que inexplicavelmente nem sempre naufraga (o que me dizem também). / Não exponho excessivamente as tábuas dos nossos barcos, pelo menos em mar alto. Por demais têm sido partidas. / Estudo correntes, redemoinhos, procuro enseadas antes de (ar)riscar. / Posso ser visto só, passeando no convés. Mas toda a tripulação e todos os aparelhos estão lá, o capitão é um fantasma. / Não me atrevo a pôr a mão no leme. Olhando apenas a estrela polar. E não aponto um caminho claro. Os caminhos não são claros.”

(Álvaro Siza, 1987)¹

*“Maria João Seixas: Peço-lhe uma palavra de eleição.
Fernando Gil: Ver claro”.*

(Entrevista de Maria João Seixas a Fernando Gil, 2004)²

Produzido e publicado no âmbito de um Estágio de Informação experimentado no Núcleo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil³, enquadrado no projecto do Plano de Investigação Programada (PIP), “Sistemas construídos: memórias, práticas sociais e ambiências urbanas”), o presente relatório recupera um trabalho associado à actual frequência do Doutoramento em *Arquitectura – Dinâmicas e Formas Urbanas* da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. O documento compõe-se a partir de um regresso a um ensaio composto, no âmbito de tal curso, na disciplina de “Métodos de Investigação em Arquitectura e Urbanismo”, leccionada pelo Professor Doutor José Miguel Rodrigues.

Propõe-se uma reflexão sobre a prática de investigação em Arquitectura, nomeadamente, quando entendida como uma acção prática dotada de um sentido que se descentra da intenção de produção de um projecto e/ou de um objecto arquitectónico. Reflecte-se sobre

¹ SIZA, Álvaro (1987), “Oito pontos quase ao acaso”, in *Quaderns*, nº159, 169/170, Colégio de Arquitectos de Catalunya, in Rodrigues, José Manuel (coord.) (2010), *Teoria e Crítica de Arquitectura – Século XX*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos/ Caleidoscópico, pp. 814-815.

² “Entrevista de Maria João Seixas a Fernando Gil”, Revista Pública, Maio de 2004, in GIL, Fernando (2005), *Acentos*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 422.

³ O referido estágio foi orientado pela Professora Doutora Marlucci Menezes, do LNEC/ DED/ NESO.

as implicações epistemológicas e metodológicas envolvidas na operacionalização dessa praxis, e em que medida tal comporta um conjunto de desafios à cultura profissional dos arquitectos e às forças que estruturam o campo social da Arquitectura.

2. Espaço: um terreno significativo de interacção prática e simbólica

A contemplação da simultânea condição biofísica, social e simbólica do espaço constitui um afamado desafio. Recusado enquanto natureza bioquímica aleatória na sua constituição, transformação e mudança, impondo-se apenas como constrangimento a uma forçada e reactiva homeostasia da espécie – o espaço é um cenário construído e manipulado, de inscrição activa e criativa do Homem numa realidade sensorialmente percebida, social e culturalmente percebida (Martins, 2009: 112). Consubstanciando um terreno significativo, de interacção prática e simbólica estabelecida entre um conjunto diversificado de agentes e actores, o espaço existe como palco e como recurso, assumindo também a natureza de um sistema de coordenadas mentais de orientação e representação no/do mundo (idem, ibidem).

O complexo articulado de dimensões associadas ao espaço expressa-se tanto no sistema construído (Mello e Vogel, 1984), como nas práticas de uso e apropriação social a ele associadas – revelando-se ainda nas referências discursivas que, quotidianamente transaccionadas, descrevem e classificam formas e paisagens, reconhecidas, mais do que a sua configuração morfológica, por conotações, convenções e qualidades comuns⁴.

Enquanto “processo de produção de distâncias e de relações significativas entre elementos referenciáveis num dado universo” (Nunes, 2007: 149-150), a Arquitectura afigura-se como

⁴ O discurso apresenta-se, neste sentido, como uma simultânea tradução do que é o espaço socialmente *incorporado* na experiência dos indivíduos. De alguma forma, se “cada um sabe [ou imagina] a que se refere quando fala (...) do *largo da praça, do mercado, do centro comercial, de um lugar público*”, é porque as referências discursivas permitem reconstituir e identificar, mais do que a morfologia de determinadas paisagens e formas construídas, as convenções de uso e valorações normativas socialmente produzidas e transaccionadas sobre as mesmas (Henry Lefebvre *apud* Guerra, 1987: 113). O conteúdo da forma habita em dois universos distintos e não sobreponíveis: o universo do espaço de representação, da concepção do objecto, e o universo do seu uso, apropriação e representação.

uma importante praxis de mediação interpretativa entre as várias dimensões associadas ao espaço.

3. Espaço: um *objecto* legitimamente partilhado

O conjunto de “práticas especializadas e eruditas de modelização de um objecto” (Nunes, 2007: 149,150) e o corpo de reflexão teórica que dá corpo à Arquitectura configura, além de uma disciplina, um campo social historicamente delineado.

Se chamados a apontar as transformações operadas no campo da Arquitectura ao longo dos dois séculos mais recentemente passados (e, particularmente, ao longo do século XX), em traços (demasiado) largos dir-se-á ter-se assistido a uma ampliação das possibilidades de actuação do arquitecto (a reflexão projectual assume incursões descentradas da arquitectura de representação e da “produção do cenário de vida das elites”), sendo que o exercício da arquitectura passa a operar-se em moldes progressivamente longínquos da outrora estabelecida “relação patrono-artista” (idem, ibidem: 37).

A ampliação do campo de actuação da Arquitectura coincidiu, por outro lado, com a progressiva consolidação e notoriedade de outros domínios profissionais, considerados legítimos intervenientes na intervenção e na produção de conhecimento sobre o espaço. Na opinião de Alain Bourdin (*apud* Nunes, 2007: 39), “os arquitectos não obtiveram êxito na definição do espaço enquanto objecto de um campo social, sobre o qual reclamariam um monopólio de exercício profissional, especializado”. Talvez demasiado severo, o enunciado indicia, contudo, um ponto consensual: “o trabalho social especializado sobre o espaço, baseado num sistema técnico de conhecimento e em regras de intervenção e construção, é multidisciplinar”, sendo que a relação entre várias disciplinas se caracteriza, em vários momentos históricos, ora pela cooperação ora pelo antagonismo (idem, ibidem: 39).

4. A recolocação da Arquitectura na organização do espaço

No que reflecte também a consolidação e a legitimidade destes saberes e dos problemas que, a propósito do espaço, neles são gerados, sob a égide da *complexidade* como descritor da realidade e princípio de actuação, contemporaneamente, o universo das actividades profissional e directamente associadas à *organização do espaço* (Távora, 1999: 14) vem sendo convidado a responder ao apelo para a produção de perspectivas que – teórica e praticamente – sejam capazes de lidar com as suas múltiplas condições do próprio espaço⁵.

Este apelo caracteriza-se por um sublinhar da necessidade de integração, na experiência de trabalho e cooperação estabelecida entre profissionais, não apenas de conhecimentos ancorados em diversos campos especializados de abordagem ao real, mas também o próprio saber do senso comum, expresso nas práticas discursivas e comportamentais dos indivíduos, tomado, ele próprio, como um material de análise, de trabalho e, em alguns contextos, de avaliação de desempenho.

Os arquitectos são chamados a colaborar (participando, definindo, decidindo...) em processos em que a “ampliação das unidades de composição” corresponde ao aprofundamento da própria problematização dos fenómenos sobre os quais se pretende intervir, os quais, entendidos ou não como problemas sociais⁶, assumem contornos que estão além da própria escala visível dos cenários de intervenção (Portas, [1969]: 390-391).

Neste contexto, reequaciona-se a própria noção de projecto e as próprias escalas de o que é projectar em Arquitectura (Boutinet, 1990; Menezes, 2006). De alguma forma, além de

⁵ O enraizamento da complexidade como descritor da realidade e como princípio de actuação conduz à valorização do pluridisciplinaridade. Na posição de Fernando Gil, contundente, “aquilo a que hoje se chama pluridisciplinaridade não é uma metodologia, é a única metodologia possível para se perceber seja o que for. Conhecer o singular (...) pressupõe o máximo de totalidade que se puder abarcar” (*Fernando Gil – A Filosofia e a Arte da Libertação* – Entrevista concedida por Fernando Gil a António Guerreiro/Luiz Carvalho (fotos) ao jornal *Expresso*, suplemento *Revista*, de 10.12.1993, pág. 40).

⁶ Recupera-se, neste âmbito, a fundamental distinção entre as noções de “problema social” e de “problema de investigação”. Este último, enquanto “objecto abstracto-formal”, sendo verdadeiramente construído na relação entre a experiência e a observação sistemática do real e a sua releitura/problematização teórica, não necessariamente coincide com fenómenos comumente reconhecidos como *males a resolver* (Almeida e Pinto, 1995: 18). No encontro entre várias formações disciplinares, a distinção atrás referenciada, entre problema social e problema de investigação, permite colocar em evidência, cremos que de forma paradigmática, a natureza teoricamente construída do *problema* (e do *objecto*) de investigação.

associada a uma delimitação física, a ideia de escala passa a reportar também a uma perspectiva teórica sobre a complexidade de níveis físicos e de processos sociais que compõem o terreno de intervenção e o sistema de actores (de interesses, de expectativas de aspirações) envolvidos no sucesso da obra. A ideia de projecto conquista, por sua vez, um sentido mais lato, aludindo não apenas a “uma intenção traduzida num desenho” mas de um instrumento de conhecimento, de análise e de negociação, processualmente desenvolvido por conjuntos de actores diversos (Archer, 2010: 79-80).

Algumas experiências facilitam, pela natureza dos seus propósitos, o contacto e o diálogo entre a Arquitectura e outros domínios disciplinares e profissionais. Neste âmbito, vale a pena referenciar os programas multidisciplinares de Avaliação Pós-Ocupacional (APO), pelos quais se vem congregando um interessante património de reflexão sobre as potencialidades desse trabalho em equipa (Ornstein, 1992)⁷.

Aos profissionais envolvidos, nomeadamente aos arquitectos, estes programas proporcionam a experiência do que Nuno Portas (2007 [1969]: 25) designava como *feedback*, oferecendo a possibilidade de investigação sobre:

“ (...) a incidência das variáveis de ordem física nos comportamentos das populações, comunidades, famílias, indivíduos [também] por forma a permitir elaborar certas hipóteses de modificação, senão mesmo de reinvenção, do papel das estruturas físicas, para as tornar actantes em ordem a integrarem-se num projecto de homem, este necessariamente interdisciplinar” (Portas, 2005 [1965]: 519).

Na contemplação da viagem desde “o espaço da representação técnica – das orientações do programa e da concepção do projecto ao desenho na folha em estirador” – até à realidade concreta do “espaço vivido” (Henri Lefebvre [1981] *apud* Nunes, 2007: 149), de alguma forma, nessas viagens, vai-se tornando mais presente que a modelização de

⁷ Ao integrar, no plano de observação e análise do ambiente construído, as percepções e a satisfação residencial dos moradores e utilizadores do edificado, a perspectiva socioecológica subjacente à realização da Avaliação Pós-Ocupacional procura integrar as várias condições do espaço, lido não apenas enquanto cenário de implantação e gestão de objectos, mas como palco de acção e representação construída acerca dos mesmos. Reflectindo a convivência multidisciplinar que marca a identidade e a cultura organizacionais da instituição, no caso do LNEC, a Avaliação Pós-Ocupacional consubstanciou um programa de observação e de análise do parque habitacional financiado a custos controlados, entre 1985 e 1998, pelo Instituto Nacional de Habitação. A propósito dessa experiência, a título de exemplo, poderá consultar-se: Coelho *et al*, 1995; Menezes, 2001; Menezes, 2001a; Menezes, e Martins, 2005.

objectos que na (e por meio da) Arquitectura se opera pode ser lida, simultaneamente, como uma prática cultural e uma prática de poder:

“ (...) [Como] uma prática cultural, pois assenta na selecção de elementos materiais e de símbolos, na recriação abstracta de condutas e de relações sociais que se tornam objecto de antecipação e de racionalização. [Como uma prática de poder,] pela definição de esquemas de localização, de circulação e de comunicação que torna possível, pela determinação de possibilidades físicas de co-presença e de experiência social que potencia, ou ainda pela definição de modos espacializados de realização de condutas que sugere” (Nunes, 2007: 150)⁸.

Estas experiências vêm abrindo caminho, também, à afirmação da pertinência (mais ou menos instrumental) das metodologias e procedimentos técnicos de observação e de análise desenvolvidos e treinados no âmbito das ciências sociais – sobretudo, porque se torna clara a sua natureza de operadores (Gil, 1984: 257) de abordagem e resolução de problemas.

No âmbito das transformações das condições de exercício da Arquitectura, haverá que destacar o reforço da legitimidade do senso comum na discussão sobre a arquitectura. Por outro lado, sendo não raras vezes discutidos e reivindicados na esfera dos direitos, os elencos de necessidades, de aspirações e de expectativas que agentes e actores social e culturalmente diversos transportam relativamente às características da cidade, interpelam com uma legitimidade nova a concepção do objecto arquitectónico, e o planeamento e intervenção sobre o território.

O debate sobre a intervenção sobre o espaço público, e aquele dedicado aos impactes, no espaço público, de obras privadas, ganha novos palcos, novas fontes de legitimação e novo protagonismo. De alguma forma, os mecanismos de adoração mais ou menos acrítica das obras (e) das *arquistars* que pontuam o campo da Arquitectura global, parece coexistir com o renovado apelo a que se atenda (ou pelo menos considere) as necessidades, as expectativas e as (re)acções dos utilizadores directos e indirectos dos objectos construídos, as quais podem por vezes afigurar-se mais resistentes às liberdades da criação e mais cegas às suas valorosas propostas de ordem teórica.

⁸ Na sua formulação original, o texto transcrito alude à concepção arquitectónica de habitação. Julga-se, contudo, que é pertinente considerar que o seu sentido pode referir-se a toda a prática da Arquitectura.

Actualmente movida também pela escassez das encomendas privadas em contextos onde a resolução do problema da escassez da habitação se presume mitigado, o exercício da Arquitectura abraça outros desafios (não propondo ensanches mas intervindo na cidade existente). Atraída e chamada a participar na pesquisa sobre alguns dos fenómenos que compõem a paisagem biofísica e social de cidades percebidas como lugares de todos os riscos (Archer, 2010: 75-76), a Arquitectura volta-se para outros domínios de actuação (por exemplo, para a chamada cidade informal, e também para as áreas de génese ilegal, a cidade feita sem arquitectos). De algum modo, os arquitectos são chamados a trabalhar *problemas focados no presente*, para usar a expressão de Maria Filomena Molder⁹ – cujo posicionamento e resolução parece não coincidir perfeitamente com o âmbito da História e da crítica da Arquitectura.

No caso da Arquitectura, e como acontece, de resto, noutras áreas disciplinares, a combinação entre a alteração das condições de exercício da profissão, o apelo (e a inevitabilidade) da pluridisciplinaridade e o convite a pensar *problemas focados no presente* potencia o que pode ser um desafio aos valores, às normas e às representações que, eventualmente, configuram diferentes perfis de cultura profissional (Costa, 1988) dos próprios arquitectos¹⁰. Como em sede de outros campos disciplinares, a questão pertence também ao foro da epistemologia e metodologia de trabalho.

⁹ Em comunicação proferida pela Professora Doutora Maria Filomena Molder em 26 de Novembro de 2010, enquanto convidada de uma sessão da disciplina de “Metodologias de Investigação em Arquitectura e Urbanismo”, incluída no Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, leccionada pelo Professor Doutor José Miguel Rodrigues.

¹⁰ Segundo António Firmino da Costa, sociólogo, o conceito de cultura profissional reporta “ao conjunto dos valores, normas e representações sobre [determinado domínio disciplinar, no caso do texto em apreço, a Sociologia] enquanto disciplina científica e enquanto actividade profissional de que aqueles [profissionais] são portadores” (Costa, 1988: 107). A cultura profissional, abarcando tanto “um conjunto de padrões cognitivos e de padrões deontológicos”, decorre também de “um feixe de condições e processos, endógenos e exógenos ao próprio campo [disciplinar]”. Ela configura um “sistema simbólico de valores, normas e representações” que age como “uma variável mediadora fundamental, através da qual vários [desses] factores concretizam, pelo menos em parte, a sua influência” (Costa, 1988: 108). Mas, como sucede no caso da Sociologia – e a unidade em seguida transcrita alude, no texto original, a esta disciplina, sendo que nos atrevemos, nela, a substituir as palavra “sociologia” e “sociólogos” por “arquitectura” e “arquitecto” – a cultura profissional “tem efeitos decisivos na capacidade de [os arquitectos] se implantarem no mercado de trabalho, na definição dos seus papéis e das suas competências profissionais, e nos modos de praticar a profissão de [arquitecto]. Tem também repercussões importantes sobre o tipo de investigação científica praticada, sobre o ensino e a aprendizagem da [arquitectura], e sobre a imagem pública que da [arquitectura] se vai tendo” (Costa, 1988: 107).

Referindo-se à formação dos arquitectos, escrevia Nuno Portas em meados dos anos 60 (Portas, 2005 [1965]: 519), emergia de modo premente a importância do desenvolvimento da capacidade de análise e compreensão, por parte destes profissionais, de *o que é e o que implica*, na edificação do ambiente construído, o entrelaçar das componentes biofísica, sociocultural e simbólica assumidos e projectadas no/pelo espaço.

A necessidade de um novo entendimento da Arquitectura passava, para Nuno Portas, pelo desenvolvimento “de uma componente científica na sua formação (para além dos aspectos técnicos da construção) ” que ajudasse a informar sobre “as implicações humanas dos programas” (Idem, Ibidem: 522-523-524). Reconhecendo que “o campo último do arquitecto [continuará] a ser fundamentalmente o do homem do design”, a formação do arquitecto teria de insistir no desenvolvimento, entre os arquitectos, de “qualidades específicas de observador, dedutor e intérprete dos estudos sobre a realidade a partir das quais a sua imaginação [teria] de elaborar os novos quadros de vida” (Id., Ibid.), sendo capaz de fundamentar as decisões tomadas, “entendendo o contexto em que as toma e a sua influência nos critérios e estrutura dessas decisões” (Portas, 2005 [1971]: 416).

Investigar e observar são verbos que penetram hodiernamente actualmente o campo da Arquitectura, nomeadamente em sede das suas escolas de formação. É também por seu intermédio, na sobreposição entre didáctica e investigação, que parece voltar a passar e a ganhar renovado interesse a “re-colocação da Arquitectura no processo de transformação do território” (Portas, 2005 [1964]: 353; Portas, 2007 [1969]: 7).

5. Considerações finais

Pretendendo oferecer-se como articulado interpelante e assumidamente ausente de respostas perfeitamente esclarecidas, o culminar da presente exposição parte das seguintes três observações:

- Falar em investigação em Arquitectura é referenciar uma acção prática dotada de um sentido que não necessariamente se encontra associado à intenção de produção de um projecto arquitectónico. Por outro lado, reflectindo a ampliação das

possibilidades de actuação da arquitectura, a noção de projecto parece nem sempre corresponder à modelação de objectos arquitectónicos.

- A autonomização entre investigação e projecto, e entre projecto e objecto arquitectónico vem sendo acompanhada pela manifestação, por parte dos arquitectos, da disponibilidade para investigar sobre problemas focados *no presente*. A abertura à Urbanística, mais ou menos formalizada em alguns contextos institucionais de formação, oferece-se como via privilegiada deste trânsito. Tanto a posição como a *resolução* (Gil, 1984) de alguns desses problemas apelam a perspectivas teóricas, metodológicas e a objectivos que parecem extravasar o âmbito da história e da crítica da Arquitectura.
- A relação entre disciplinas e áreas do conhecimento (outrora discutida a propósito da formação inicial do arquitecto e a propósito da sua prática profissional) coloca-se também, agora, a outro nível. Sucede que os princípios que organizam a actual oferta de formação avançada parecem favorecer, também no campo da Arquitectura, o acolhimento de pessoas que não possuem aquilo que diferencia “a formação do arquitecto da de outros actores”, ou seja: “a capacitação (ou a competência) para projectar” (Portas, 2005 [2001]:432). Obter essa capacitação não é também imposto como objectivo das próprias opções de formação.

Tendo presente as observações anteriores, e no sentido de contribuir para a reflexão epistemológica sobre a prática e o estatuto da investigação em Arquitectura, poderá ser interessante reflectir sobre os seguintes pontos:

- Presente-se um pressuposto latente, nem sempre explicitado, de que existem diferentes tipos de investigação, e diferentes tipos de investigação em Arquitectura. Não parece claro, contudo, quais são os elementos que sustentam, no campo da Arquitectura, tal distinção. São os métodos e técnicas de pesquisa, ou seja, aquilo que se *selecciona* depois de se construir um problema? Opera-se, tal diferenciação, pela consideração dos próprios problemas colocados? Se sim, o que define diferentes tipos de problemas? O objecto de investigação que a eles subjaz? Os objectivos da pesquisa? Por outro lado, existem epistemologias e metodologias mais adequadas a cada tipo de investigação?

- Como compatibilizar, na investigação em Arquitectura, uma orientação teórica sedeada na Arquitectura com uma epistemologia e metodologias teoricamente ancoradas, por exemplo, nas ciências sociais?
- A ideia de investigação pressupõe uma prática dotada de um sentido específico e um conjunto de mecanismos que, na sua vertente metodológica e técnica, reportam, respectivamente, a estratégias de abordagem a problemas e a “instrumentos operatórios precisos e transmissíveis que podem ser [usados] em diferentes tipos de investigação para recolha e tratamento de informação sobre a realidade” (Almeida, 1994: 228-229). À parte uma reserva de criatividade e serendipidade mais obscura, em que medida a investigação entendida como um conjunto de formas canónicas de invenção dos problemas (Gil, 1984)¹¹ – obrigando a que os caminhos sejam claros – origina tensões entre a arte e o génio, e a ciência e o julgamento da sua verificabilidade?
- Finalmente, estão, as instâncias de formação, disponíveis para aceitar que o produto final de um trabalho de investigação em Arquitectura (uma tese de doutoramento, por exemplo) possa assumir a forma de um projecto orientado para a produção de um objecto arquitectónico? Constituindo, o projecto, a expressão de uma linguagem e uma competência fundada num corpo teórico e metodológico disciplinar, que razões sustentariam essa eventual recusa?

¹¹ Consideramos que a este propósito se pronuncia Fernando Gil (1984: 253) quando refere a hipótese de que “a resolução de problemas (*problem solving*) constitui um conjunto de actividades obedecendo a constricções próprias relativamente independentes dos domínios-substrato em que os problemas se produzem”.

Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Novembro de 2011.

VISTO

A Chefe do Núcleo de Ecologia Social



Marluce Menezes

AUTORIA



Marta Martins
Socióloga
Estagiária de Informação

O Director de Departamento de Edifícios



Jorge M. Grandão Lopes

6. Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.) (1994). *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

ARCHER, François (2010, [2008]). *Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos Urbanos: um léxico*, Lisboa: Livros Horizonte.

BOUTINET, J.P. (1990). *Anthropologie du projet*, Paris: PUF.

COELHO, António Baptista; FREITAS, Maria João; FARIA, Paulina et al (1995). *1ª Análise retrospectiva do Parque Habitacional financiado pelo INH nos Anos 1985/87*, Lisboa: LNEC. Relatório 347/95 – NA.

COSTA, António Firmino da (1988). “Cultura Profissional dos Sociólogos” in *Sociologia, Problemas e Práticas* – nº 5, Lisboa: CIES-ISCTE, pp. 107-124.

GIL, Fernando (1984). *Mimésis e Negação*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

GUERRA, Isabel (1987). *A territorialização das relações sociais: elementos para a análise da vida social local*, Lisboa: ISCTE.

GUERREIRO, António (texto); CARVALHO, Luiz (fotos). “A Filosofia e a Arte da Libertação – Entrevista a Fernando Gil” in *Jornal Expresso, Revista*, de 10.12.1993, pp. 40 - 45.

MARTINS, Marta (2009). “Condomínios Habitacionais Fechados e Qualidade de Vida. Uma discussão também sobre a Cidade” in *Cidades. Comunidades e Territórios* – nº 19, Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE (CET/ISCTE), pp. 111-127.

MELLO, Marco; ARNO, Vogel (1984). “Sistemas Construídos e Memória Social: uma Arqueologia Urbana?” in *Revista de Arqueologia* – v.2, nº2, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 46-50.

MENEZES, Marluci (2001). *Análise à satisfação residencial*, Lisboa: LNEC. NT 01/01 – GES.

MENEZES, Marluci (2001). *Análise ao uso e à apropriação do espaço residencial*, Lisboa: LNEC. NT 02/01 – GES.

MENEZES, Marluci; MARTINS, Marta (2005). *Análise à satisfação residencial – Trabalho desenvolvido no âmbito da 3ª Análise Retrospectiva do Parque Habitacional do INH – Anos 1994/5 a 1998*, Lisboa: LNEC. Nota Técnica 02/2005.

MENEZES, Marluci (2006). “Contributos (antropo)metodológicos para um projecto social de cidade”, in *Revista Ciências Sociais Unisinos*, vol. 42 (2), Porto Alegre: Unisinos, pp. 94-104.

NUNES, João Pedro Silva (2007). *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959 – 1969)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

OERNSTEIN, Sheila (1992). *Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído*, São Paulo: EDUSP.

PORTAS, Nuno (1964). "Arquitectura: contribuições para o Ensino" in PORTAS, Nuno (2005), *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Edições FAUP, pp.353-379.

PORTAS, Nuno (2007 [1969]). *A cidade como Arquitectura. Apontamentos de método e crítica*, Lisboa: Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno (2001). "Ensino: os Projectos dos Arquitectos" in PORTAS, Nuno (2005), *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto: Edições FAUP, pp. 432-443.

TÁVORA, Fernando (1999 [4ªed.]). *Da organização do Espaço*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

